

IBAM: 60 anos em prol dos municípios

**Terezinha Saraiva*

Na minha longa caminhada profissional, trabalhei e conheci extraordinários órgãos públicos e privados, dignos de meu respeito e maior admiração.

O artigo de hoje é sobre um deles – o Instituto Brasileiro de Administração – o IBAM, que completou em outubro sessenta anos de relevantes serviços prestados à administração pública, com destaque para os municípios brasileiros.

Criado em outubro de 1952, ergueu-se altaneiro, cumprindo sua missão, mesmo em momentos adversos, por força da inteligência, dedicação, competência, perseverança, responsabilidade e determinação de muitos que a ele se dedicaram e muitos que ainda a ele se dedicam, cujos nomes estão marcados indelevelmente no mármore de sua história.

Eu já o conhecia, mas dele me aproximei, para nunca mais me afastar, pelas mãos de Diogo Lordello de Mello, figura emblemática que com o IBAM se confunde, que dedicou 46 anos de sua vida, de sua liderança e inteligência para organizá-lo, a partir de fevereiro de 1956, quando foi para isto convidado, continuando por muitas décadas como seu Diretor Executivo.

A aproximação se deu, quando assumi a Secretaria de Educação e Cultura do recém criado Município do Rio de Janeiro, por ocasião da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, em março de 1975, na administração do Prefeito Marcos Tamoyo.

O espaço de um artigo é pequeno para registrar os incontáveis serviços prestados pelo IBAM, nesses 60 anos de trajetória.

Nas palavras de Paulo Timm, seu Superintendente Geral, “as ações iniciais do IBAM traduziram-se na elaboração de pareceres sobre Direito e Administração Municipal, na realização de cursos e de assessoria técnica, o que marcou a trajetória do IBAM, pois com esse começo a Instituição teve condições de, por meio de suas atividades, conhecer a realidade dos municípios

brasileiros, suas demandas, deficiências e qualidades, procurando atender às primeiras, eliminar as segundas e aprimorar as últimas”.

Inicialmente, sem os recursos tecnológicos hoje existentes, que encurtaram distâncias e facilitaram a comunicação, os técnicos do IBAM lançaram-se, com seriedade e competência à aventura de conhecer, falar e colaborar com milhares de municípios, fieis a um de seus princípios – interação entre os técnicos do IBAM e os municípios. Ensinar e aprender era e é seu lema.

Sua administração caracteriza-se pela dinâmica, inovação, pela seriedade e ética.

Diogo Lordello de Mello, no prefácio do livro que registra os 50 primeiros anos do IBAM, com conhecimento de causa e senso de justiça, diz que “a manutenção de um quadro de pessoal permanente, em anos bons e ruins, foi condição indispensável para a preservação de uma doutrina e de uma memória institucional, sem a qual uma instituição não pode sobreviver”.

Acompanhando as necessidades reveladas pelo país, o IBAM diversificou suas atividades sem perder jamais seu foco principal – o município brasileiro.

Criou, em 1968, a Escola Nacional de Serviços Urbanos, em sua estrutura, encarregada da oferta de cursos presenciais e, posteriormente, também à distância, pela INTERNET, sem abandonar a modalidade presencial.

Desenvolveu projetos para atender às políticas sociais. Questões referentes a gênero, assistência social, trabalho infantil, empreendedorismo, habitação de interesse social, turismo local, redução do consumo de energia, coleta e destinação de resíduos sólidos, entre outros, foram objeto de estudos, publicações, pesquisas, cursos.

Vem realizando inúmeros concursos públicos, na última década. Elabora projetos com o objetivo de preservar o patrimônio histórico e paisagístico.

O IBAM, em sua trajetória, esteve sempre presente em todas as mudanças que pudessem afetar a Administração Pública, especialmente a municipal. Nunca esqueceu que seu principal parceiro é o município brasileiro.

E foi, por esta razão, que se deu minha aproximação com o IBAM.

Ao assumir em 1975, a Secretaria de Educação e Cultura do Município do Rio de Janeiro, na minha primeira conversa com o Prefeito Marcos Tamoyo mostrei-lhe que, por muitas razões, o novo Município tinha todas as razões e condições para assumir a total responsabilidade com o ensino fundamental, municipalizando-o.

Esta proposta que foi aceita pelo Prefeito nascia de minha posição municipalista; da certeza que tinha que a universalização do ensino fundamental, então educação obrigatória, seria extremamente facilitada se os municípios a assumissem. Além disto, o novo município já havia sido Município Neutro, Distrito Federal, capital do país, estado da Guanabara. Possuía uma vitoriosa história educacional. Tinha um magistério altamente qualificado. E assim, o Prefeito e eu conseguimos que o Diário Oficial, do dia 15 de junho de 1975, publicasse Decreto do Governador Faria Lima, repassando para o Município do Rio de Janeiro, a total responsabilidade com o ensino fundamental. Nascia o primeiro sistema municipal de ensino.

O Município do Rio de Janeiro, em 1975, municipalizando o ensino fundamental antecipou-se 13 anos ao que viria determinar a Constituição de 1988.

Durante muitos anos, o Município do Rio foi o único, no Brasil, a ter sob sua responsabilidade total, o ensino fundamental das crianças de 7 a 14 anos que nele viviam.

Esta decisão aproximou-me de Diogo Lordello de Mello e do IBAM.

Quando o Governo do Estado do Rio de Janeiro relutou em repassar para o Município do Rio, os recursos do Salário Educação a que fazia jus, procurei Diogo Lordello de Mello. Imediatamente, prontificou-se a enviar ao Conselho Federal de Educação uma consulta sobre a obrigatoriedade dessa transferência.

Eu era, à época, integrante do Conselho Federal de Educação. A solicitação do IBAM foi encaminhada à Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, que elaborou Parecer favorável ao repasse dos recursos do Estado para os Municípios que assumissem, integralmente, o ensino fundamental em suas áreas geográficas.

A Prefeitura do Rio passou a receber os recursos do Salário Educação a que fazia jus, repassando-os para a Secretaria de Educação e Cultura. Até 1979, isto foi cumprido, rigorosamente pelo Estado do Rio, o que muito ajudou a Prefeitura e a Secretaria a cumprirem sua proposta de universalizar o ensino fundamental, na Cidade do Rio de Janeiro e a ministrar um ensino de qualidade.

Este Parecer do CFE provocado pelo IBAM, seguramente, ajudou a muitos municípios, encorajando-os a assumirem o ensino fundamental.

Desde então, nunca mais me afastei do IBAM. Particpei das atividades da Escola Nacional de Serviços Urbanos, como Secretária de Educação e Cultura do Rio, realizando duas conferências, nos cursos para os gestores de educação municipal: uma em 1977 e a outra, em 1978, relatando a experiência vitoriosa da Cidade do Rio de Janeiro.

Anos depois, fui convidada para integrar a Assembleia Geral do IBAM, onde tenho tido a grata oportunidade de conviver com figuras ilustres por suas folhas corridas de serviços prestados à União, aos Estados e, sobretudo, aos Municípios.

Acompanhei e acompanho os extraordinários trabalhos realizados, à frente da Superintendência Geral do IBAM, pela Dra. Mara Di Biasi e por Dr. Paulo Timm. Acompanho o trabalho sério e competente feito pelos dirigentes dos diversos setores da Instituição.

Convivi, nos últimos anos, como membro do Conselho de Administração presidido com eficiência, otimismo e dedicação pelo Professor João Pessoa de Albuquerque, com pessoas extraordinárias e que devotam ao IBAM respeito e admiração.

Dividi com a Direção do IBAM, momentos de grande realização e momentos difíceis, felizmente contornados, com lisura, para que o IBAM pudesse prosseguir em sua missão de fortalecer os municípios brasileiros, pressuposto para o fortalecimento do país.

**Educadora*

